
G

RUPO EVANGÉLICO NA UNIVERSIDADE: PRÁTICAS FORMATIVAS, IDENTIDADE RELIGIOSA E RELAÇÕES POLÍTICAS

Luís Antonio Groppo

UNIFAL – Minas Gerais – MG – Brasil

Lívia Furtado Borges

UNIFAL – Minas Gerais – MG – Brasil

1. Introdução

Eu confesso que tinha preconceitos com os evangélicos. Até que, um dia, eu estava sentada na esquina do prédio II, me entregaram uma folha e perguntaram qual era minha opinião. Sem perceber, eu tinha entrado em uma reunião da ABU. E o tema veio muito a calhar para mim, naquele meu momento da vida universitária, porque eu vinha fazendo muito daquilo: o tema era a procrastinação (Relato de Bia¹, aluna da universidade pesquisada, 2017).

Chamava a atenção da autora deste artigo aquele grupo de estudantes, entre 10 e 20, a depender da ocasião, que se reunia toda quarta-feira, no final da tarde, de baixo da chamada “Esquina do Prédio II”, ou simplesmente “Esquina do II”. Trata-se de um campus universitário muito antigo, no centro de uma pequena cidade do Sul de Minas Gerais que, ao se transformar em campus sede de uma universidade federal e se expandir, viu prédios se erguerem muito próximos uns dos outros. Em um campus com poucos espaços para lazer e convivência, a Esquina do II é local privilegiado, local de passagem para as/os estudantes, onde se pode sentar e conversar.

A universidade também se caracteriza, e nisso ela não é exclusiva no Brasil, por inúmeros relatos de dificuldades com a permanência de estudantes e com diversos sintomas de “mal-estar discente”. Apesar de ser uma universidade relativamente rica em coletivos juvenis, segundo relato de Meire, militante de uma organização estudantil política, poucos coletivos têm como preocupação central propiciar o bem-estar da/do estudante, talvez apenas um, justamente aquele grupo reunido na Esquina do II. Esse grupo faz parte de uma rede nacional de estudantes universitários evangélicos, a Aliança Bíblica Universitária (ABU).

Este artigo traz resultados da pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis: estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública de Minas Gerais”, coordenada pelo autor deste artigo e apoiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), bem como por Bolsas de Iniciação Científica pelo próprio CNPq e pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais). O principal objetivo do artigo e da pesquisa é analisar a formação social e política no interior de coletivos juvenis atuantes na universidade – que se dão por meio de processos educativos não formais e informais – enfatizando as práticas e os sentidos desta formação. Diversos têm sido os coletivos pesquisados: organizações políticas, entidades estudantis oficiais (como o Diretório Central Estudantil [DCE] e os Centros Acadêmicos [CAs]), coletivos culturais, Atléticas e grupos religiosos. O foco deste artigo são os resultados da pesquisa com a ABU.²

Desde sua proposição, a pesquisa não se conteve apenas em seus objetivos inicialmente declarados. A abertura era necessária por dois motivos. Primeiro, a volatilidade de inúmeros coletivos juvenis, conhecidos também por serem “coletivos fluidos”. (Silva; Castro, 2013). Segundo, o caráter etnográfico da pesquisa, por meio da observação participante do cotidiano das organizações e de possíveis ações coletivas. A etnografia impõe a abertura à surpresa do campo. Justamente, uma excepcional ação coletiva aconteceu durante a observação: a ocupação da universidade durante quase dois meses, no segundo semestre de 2016, que transformou completamente o cenário das organizações juvenis políticas dessa universidade e interferiu no cotidiano dos demais coletivos, inclusive da ABU.

Outros temas precisaram ser acrescentados conforme se desenvolvia a pesquisa de campo com o grupo evangélico, como a sua contribuição para a permanência de estudantes na universidade – graças a sua principal estratégia de ação, o acolhimento –, os sentidos da filiação religiosa na universidade – quando se constatou que os membros mais ativos do grupo já eram evangélicos antes de ingressarem na Educação Superior –, a posição do grupo evangélico diante do movimento de ocupação e a sua relação com outras organizações juvenis.

2. Caminhos da pesquisa de campo

A pesquisa de campo encontrou, em um primeiro momento, um cenário relativamente rico, mas volátil, de grupos estudantis de caráter religioso. Dois deles, ligados ao cristianismo, inclusive por seu reconhecimento formal pela Pró-reitoria de assuntos estudantis, mas principalmente pelo apoio de redes nacionais religiosas, têm sido mais estáveis: o Grupo de Oração Universitário (GOU), ligado à Renovação Carismática Católica, e a ABU. Outros grupos tiveram vigência durante certo tempo, enquanto suas principais lideranças estudavam na universidade, mas se desmancharam após sua partida da cidade: um grupo budista e um grupo esotérico-espiritualista. Por meio de cartazes e panfletos, temos observado a construção de um novo grupo, ao longo de 2017, ligado ao espiritismo. Há relatos, enfim, sobre um grupo de estudantes adventistas que têm se reunido de modo bastante informal e descontínuo na universidade.

Por meio de sua Iniciação Científica, a autora observou durante todo o ano de 2016 os dois grupos ligados ao cristianismo. Observou dezenas de reuniões da ABU e do GOU, sempre autorizada por seus membros e realizou entrevistas semiestruturadas com quatro integrantes da ABU. No momento em que solicitou as entrevistas com o grupo carismático, entretanto, além de negá-las, o grupo proibiu que a autora fizesse uso dos dados já coletados durante a observação participante, alegando que alguns dos novos membros sentiam-se incomodados com a pesquisa. A negativa nos surpreendeu, porque veio justamente nos momentos finais da investigação. Tivemos de deixar de lado um rico material coletado durante um árduo trabalho de observação, que permitiria uma interessante análise comparativa.

A observação participante buscou se orientar pelas recomendações de Oliveira (2006), que enfatiza olhar, ouvir e escrever. Segundo ele, o pesquisador é o principal instrumento de pesquisa, necessitando aguçar seus sentidos e percepções, bem como realizar um apurado registro. Assim, durante a pesquisa de campo de caráter etnográfico, buscou-se registrar, em especial, os “estranhamentos” e as “experiências reveladoras”, sem deixar de lado os aspectos rotineiros (a “prática”) da etnografia (Magnani, 2009).

A observação participante tende a privilegiar os dados qualitativos, focando o cotidiano, as relações, os valores e as normas “em ação”. (Fonseca, 1999; Brandão, 2007). A entrevista semiestruturada também privilegia o qualitativo, mas tende a destacar os aspectos pessoais, subjetivos, e a provocar a autorreflexão de quem é entrevistado. (Syzimanski, 2004). Se a observação participante enfatiza as práticas formativas, a entrevista parece desvelar os impactos pessoais dessas práticas.

A entrevista semiestruturada, em comparação com a estruturada, é mais afeita ao diálogo aberto com quem é entrevistado. No presente caso, ela se baseou em um roteiro elaborado a partir dos objetivos da pesquisa, mas outras questões e temáticas poderiam ser incorporadas durante a entrevista, o que exige a sensibilidade de quem entrevista e sua atenção aos temas e às pistas trazidas por quem se deixa entrevistar.

O roteiro é composto por 18 questões, que versam sobre a relação das pessoas entrevistadas com o coletivo (como o conheceu, forma de participação, desejo de ocupar cargos, atividades mais prazerosas, entre outras) e os impactos do coletivo em sua formação (concepções sobre política, universidade, família, religião, relações de gênero e relações étnico-raciais). Foram feitas quatro entrevistas com a ABU: Maria, aluna de graduação em Farmácia, ex-coordenadora e há cinco anos no grupo quando entrevistada; Lucas, mestrando em Educação, coordenador e há dois anos no grupo; Morena, aluna de Pedagogia, há dez meses no grupo; Gilberto, aluno de Física, também há dez meses no grupo.

3. Jovens evangélicas e evangélicos na universidade

Duas redes associativas de jovens da Educação Superior têm se destacado no Brasil, ambas com presença na universidade pesquisada. A primeira é vinculada à Renovação Carismática Católica, os Grupos de Oração Universitários (GOU) e a segunda é vinculada a uma associação evangélica de jovens da universidade, a Aliança Bíblica Universitária (ABU). A ABU está presente no Brasil desde o final dos anos 1950, enquanto a Renovação Carismática se originou – nos Estados Unidos – apenas em 1967, justamente a partir de um grupo de estudantes e docentes da Educação Superior. A Renovação chegaria logo ao Brasil, mas apenas nos anos 1990 desenvolveu-se uma forma associativa específica para estudantes da Educação Superior, os GOUs.

Na universidade pesquisada, segundo relato do atual coordenador, Lucas, a ABU já era ativa em 2008. Mas a sua melhor estruturação seria mais recente, a partir de 2013. A atividade mais observada do grupo foram as reuniões na esquina do II, que configuram os Estudos Bíblicos Indutivos (EBIs). Lá se reúnem os membros ativos – incluindo quem media o EBI – com uma “base” flutuante de participantes. Membros ativos do grupo na universidade federal em conjunto com os da universidade privada no município formam um “grupo-base”, que se reúne nos finais de semana para encontros de formação de mediadoras e mediadores e preparação dos EBIs. Há atividades de âmbito regional (conselho regional, cursos e treinamentos) e nacional (conselho nacional e curso de líderes). A rede universitária evangélica também tem um braço secundarista, que é formalmente vinculada a ela, mas parece não ter atuação no município pesquisado.

Sobre a relação entre o grupo evangélico e a universidade, na verdade, a Pró-reitoria que cuida da assistência estudantil dava certo reconhecimento institucional aos grupos cristãos atuantes na universidade, ao acolhê-los em um Núcleo voltado a estudos religiosos. A ABU tem sido constantemente chamada para participar de eventos, como os cultos de comemoração do aniversário da universidade e campanhas como a de prevenção ao suicídio. Durante o “Setembro amarelo”, em 2016, o grupo evangélico espalhou fotos, frases e cartazes relacionados à prevenção do suicídio.

A ABU local pesquisada reúne tanto evangélicas/evangélicos com vínculo orgânico a alguma igreja, como sem vínculo. Entre as pessoas entrevistadas, Lucas e Morena participam de “igrejas renovadas” (presbiteriana e batista), Gilberto participa de uma igreja pentecostal e Maria não tem vínculo atualmente com igreja. Eles afirmaram que a rede sempre prezou pelo respeito à diversidade religiosa. Nas entrevistas, destacou-se que o grupo busca evitar tensões entre as diferentes orientações doutrinárias, focando o que une as pessoas: segundo Gilberto, “Jesus nos une”; para Morena, a diversidade religiosa dentro do grupo “exige respeito”; para Maria, “nós não reproduzimos nos grupos da universidade como é a nossa religião. [...] O nosso grande lance não é levar a nossa religião, o que nós queremos fazer é discutir a bíblia por ela mesma, sem um olhar prévio”.

Desse modo, ao menos durante o momento de participação na ABU, os membros do grupo se aproximam de um “evangelismo genérico”. O termo é inspirado em Regina Novaes (2012), quando trata dos “evangélicos genéricos”, a saber, os que se identificam com a religiosidade evangélica, mas não necessariamente pertencem a uma igreja exclusiva e que não participam assiduamente de cultos: jovens que encontram já desnaturalizada a equação ser católica/católico-ser brasileira/brasileiro e incorporaram a existência de múltiplas igrejas evangélicas. Se definir como pessoa evangélica genérica pode ser uma forma de escapar ou resistir aos controles e às proibições das instituições religiosas para não reduzir seu movimento no espaço público. Entretanto, no caso da ABU investigada, a relativa independência a uma igreja específica não é fruto da circulação de jovens por diferentes igrejas e espaços evangélicos, mas sim do cultivo de um ambiente de “evangelismo genérico” – capaz de abrigar até mesmo católicas e católicos que, esporádica ou inadvertidamente (como Bia), participam dos EBIs –, produto de um espaço que abriga certa pluralidade religiosa, tal como uma coalizão de jovens com filiação ao evangelismo (daí o acerto do termo “Aliança” para a ABU).

Neste sentido, o caso da ABU reforça a análise de que, especialmente em relação às/aos jovens da Educação Superior, tem havido uma cisão entre, de um lado, a religião como algo instituído e, de outro, as/os jovens fiéis e suas práticas (o instituinte). Tem diminuído o alcance do instituído e as/os jovens fiéis têm se relacionado com o sagrado “sem necessariamente a mediação de uma religião específica” (Perondi; Ribeiro; Pereira, 2014, p. 117). A ABU pesquisada tem sido bastante atrativa por não se prender a uma única denominação religiosa, assim como por sua informalidade, flexibilidade e aparente horizontalidade.

Apesar da presença marcante do pentecostalismo entre os adeptos, as reuniões do grupo evangélico na esquina do II não fazem uso dos elementos típicos do pentecostalismo, como os dons do Espírito Santo (glossolalia e cura), religiosidade emotiva e pregações inflamadas. Elas se contrapõem às típicas reuniões dos grupos de oração carismáticos na universidade, os GOUs (conforme descritos por Sofiati [2011] e Procópio [2009]). Os carismáticos expressam uma religiosidade emotiva,

em reuniões mais ritualizadas, em salas de aula ou capelas, com canções entoadas ao violão, símbolos religiosos e orações.

Por sua vez, a ABU local se reúne “ao ar livre”, em local de boa visibilidade e ponto de passagem, em reuniões que são, antes, rodas de conversa, orientadas por um roteiro construído a partir de elementos da cultura juvenil, como letras de música que remetem indiretamente aos textos bíblicos, os EBIs. Na adequação à condição juvenil, o grupo destaca a vinculação à identidade de estudante da universidade, usando argumentos mais racionalistas e buscando apoiar estudantes em sua adaptação à vida acadêmica, antes fazendo dialogar que se contrapor cultura religiosa e cultura universitária.

A diretoria do grupo-base da ABU local é formada por oito integrantes e dois assessores. Para as eleições, há um processo de “habilitação” – é preciso ter passado por ao menos um treinamento regional – e de indicação pelos demais membros do grupo local. Os principais cargos são o de coordenação e vice-coordenação. Quem é eleito para a vice-coordenação exerce esse cargo por um ano e, no ano seguinte, automaticamente ocupará a coordenação.

Diante dessa complexa e forte estrutura organizacional, segundo comentário de Irma, militante de coletivo político, o grupo evangélico incorre no mesmo paradoxo de diversos coletivos estudantis: dizem ser horizontais, promovem reuniões com a palavra aberta ou assembleias junto de suas “bases”, mas, quando se considera sua coordenação local, regional e nacional, têm estruturas bastante hierárquicas e grande preocupação em encontrar lideranças potenciais e formá-las em prol da estrutura institucional. No próximo item, o caso do dilema da ABU local apoiar ou não a greve estudantil vai ilustrar um momento de tensão entre esses dois princípios – a relativa horizontalidade na “base” e a organização hierárquica da rede.

Por outro lado, o ingresso de estudantes de filiação evangélica a uma associação relativamente autogerida vai atenuar, na própria universidade, o que alguns estudos têm afirmado sobre a relação entre juventude, religião e política na universidade. Por exemplo, Mezomo, Pátaro e Rosa (2017) afirmam que há uma relação mais individual e pessoal com a religiosidade por estudantes da Educação Superior. Haveria uma religiosidade mais voltada à dimensão pessoal e ao bem-estar subjetivo, reduzindo-se o peso de ritos formais, líderes e comunidade.

Em contrapartida, o que se vê na ABU local, tanto como em similares, como os GOUs, é que a religiosidade ativa de jovens da educação superior tem levado mais ao associativismo que ao isolamento, apesar dessa relação mais pessoal e menos institucionalizada com a religiosidade. Segundo Sofiati (2011, p. 36), “a religião se consolidou como uma das principais formas de organização grupal da juventude”. O Projeto Juventude (Abramo; Branco, 2005) já demonstrara que os grupos de jovens religiosos tinham os maiores índices de participação juvenil no Brasil. (Perondi; Ribeiro; Pereira, 2014).

A ABU local tem como atividade central, justamente, os EBIS, com potente caráter formativo e socializador. Foram as ações da ABU que mais interessaram à

pesquisa, graças ao seu papel educativo, tanto aos membros permanentes quanto aos ocasionais. No início do EBI, é distribuído um roteiro impresso, contendo pequenos textos, passagens bíblicas, letras de música e citações relativas ao tema do encontro.

O relato de Lucas, ao mesmo tempo em que desvela o caráter instituinte dos EBIs, autônomos em relação às igrejas e lideranças, desvela o seu caráter formativo e relativamente autogerido, bem como a riqueza dos resultados via uma tática horizontal e participativa:

Eu gosto muito dos EBIs [...], porque é ali que a gente recebe a primeira vez as pessoas que vêm de fora. E eu gosto porque, às vezes, eu mesmo preparei o estudo, eu tinha uma ideia das respostas que as pessoas dariam, mas eu via que surgia uma leitura do texto [...] às vezes muito mais profunda do que eu previa. Surpreendente mesmo. [...] É algo que me gratifica muito, você abrir para as pessoas falarem, é algo que elas se sentem valorizadas, se sentem úteis também. Participando daquilo, ela deixa de ter as escrituras como algo restrito, inexplicável [...]. Não precisa ter um conhecimento amplo, o texto fala por si. Não é necessária uma intervenção de um membro da Igreja, um pastor ou uma liderança religiosa. (Lucas).

Os temas tratados nos EBIs tendem a ser ligados ao cotidiano e à vida acadêmica, não à “conversão”, ao menos não diretamente. Entre os temas observados, destacou-se o da amizade, que apareceu mais de uma vez. O tema “pau que nasce torto nunca se endireita” teve como mote esse trecho da música do “É o Tchan”, cujo debate serviu para que alguns membros fizessem a defesa da doutrina da predestinação. O tema da “água viva” versou sobre como encontrar, “no fundo do poço”, a água que dá vida, ensejando um debate sobre as exigências da vida acadêmica e seus desconfortos. O tema da empatia trouxe algumas tensões. Ele foi apresentado por meio de trecho de música interpretada por Lady Gaga – “Til it happens to you”. Talvez o mediador não tivesse clareza, mas ela era tema de documentário que denunciava a cultura do estupro. Com base na música-tema, algumas mulheres procuraram tratar do tema da cultura do estupro, sem muito sucesso.

Há grande oscilação na quantidade de participantes nos EBIs. Quando o grupo é muito grande, acima de 15 pessoas, divide-se em dois. As participações pontuais são mais frequentes durante os momentos de maior pressão no ambiente acadêmico, ou quando é forte o sentimento de solidão. O caráter de acolhimento do grupo evangélico é reforçado pelo seu bordão, presente em redes sociais e cartazes: “Vamos conversar?” Normalmente, novos membros, ou participantes ocasionais, são levados por amigas ou amigos que já participam do grupo.

O grupo-base costuma se reunir em repúblicas formadas por membros da ABU, onde, além das reuniões de preparação dos EBIs, realizam cine-debates. Já se realiza-

ram, outrora, atividades sociais, como reforço escolar em bairros periféricos e doação de material higiênico e de sopa para pessoas em situação de rua. Durante a fase de observação, o grupo local não realizou nenhuma atividade com este cunho social, o que foi lamentado por uma entrevistada.

As mulheres têm presença destacada na ABU local – uma constante em quase todos os grupos juvenis atuantes na universidade: coletivos políticos, entidades estudantis, grupo cultural, cursinho popular e a maioria das atléticas. Na ABU, as mulheres são a maioria dos membros do grupo local e das participantes dos EBIs, têm presença destacada, proporcional ou mais em relação ao seu número, durante os debates nos EBIs e ocupam cargos de direção em nível de igualdade aos homens – antes da atual coordenação, duas mulheres foram coordenadoras.

Quase todos os coletivos pesquisados em “A dimensão educativa das organizações juvenis” trazem as jovens mulheres como tendo posição de destaque, em geral, como no DCE e nos coletivos orientados à política estudantil, ocupando a maioria das funções de liderança. Apenas nas Atléticas de cursos tidos como mais “tradicionais”, os homens se destacam na liderança. Na ABU, por sua vez, a tendência é a da paridade. Há uma dimensão da política identitária, feita de modo cotidiano e por vezes em surdina, nesse processo. A construção de espaços abertos, horizontais e democráticos parece se dar em conluio com a busca de maior equidade de gênero. Por outro lado, a feminização dos coletivos ou, no caso da ABU, a paridade de gênero corre a par do crescente aumento das mulheres na Educação Superior. Já há alguns anos, o maior investimento das mulheres na educação, em comparação com os homens, tanto no Ensino Médio quanto na Educação Superior, parece ser uma tática delas para reduzir a desigualdade de gênero que marca os espaços sociais e o mundo do trabalho. (CARVALHO, 2003). Dados do Censo da Educação Superior de 2015 indicam que as mulheres são 53,9% das ingressantes dos cursos de graduação e 59,9% das concluintes. (INEP, 2018). Mas quando as políticas identitárias são trazidas à luz durante os EBIs, há tensões na ABU local, como visto.

Os quatro membros entrevistados já eram evangélicos antes da entrada na universidade e viram o grupo como lugar onde poderiam continuar a exercer sua identidade religiosa. Mais do que encontradas pelo grupo, essas pessoas é que o procuraram. Por exemplo, Gilberto já conhecia a ABU desta universidade, pois vinha visitar a avó que morava no município. Morena já tinha ouvido falar da rede quando morava no interior de São Paulo, onde participava de outro movimento evangélico juvenil. Ao chegar à universidade, procurou saber se nela atuava a ABU. Ela relatou que o grupo “me ajudou muito no que eu acredito, pra não chegar na universidade e ir pra outro caminho, deixar meus princípios de lado”, assim como para poder encontrar “pessoas muito confiáveis”. Lucas já era evangélico quando chegou à universidade em 2008 e frequentou a ABU. Teve de trancar o curso e só retornou à universidade mais tarde, voltando a se envolver com o grupo em 2015, tornando-se seu coordenador enquanto era feita a pesquisa de campo.

O que Procópio (2009, p. 167) afirma sobre os GOUs parece valer para a ABU local: buscam resgatar a “potencialidade militante e engajada do jovem universitário”, oferecendo um “estilo católico-carismático de militância (e de ser universitário)”, via “negociação’ com o ambiente acadêmico, em que é oferecida uma ‘comunidade emocional’ que funciona como ‘família’ para o universitário que se sente deslocado de seu estilo de vida”. A mesma justificativa é evocada pelos membros da ABU pesquisada: mais que um instrumento de conversão, o grupo é um refúgio para manter a identidade religiosa cultivada outrora. Entretanto, como já visto, GOUs e ABU fazem uso de táticas diversas: os primeiros, mais ritualizados e fechados; o segundo, ao menos no local pesquisado, com uma importante atividade – os EBIs – de caráter aberto, público e informal.

Durante o período de matrículas, a ABU participa da recepção de calouras e calouros, conversando com eles e suas famílias, dispondo-se a acolher quem acaba de chegar. Foi assim que Maria soube da existência do grupo nesta universidade, de quem já tinha ouvido falar.

Nesse sentido, ao menos entre os membros entrevistados, a ABU foi um recurso que permitiu assumir a condição de universitária e universitário com a manutenção de uma bem marcada identidade evangélica. Isso é patente no relato de Morena: “Quando eu vim pra cá, meu maior medo era não encontrar pessoas que tinham a mesma fé que a minha, eu achei que ia chegar num lugar onde todo mundo era ateu e que ninguém acreditava em Deus. Quando eu encontrei a ABU foi um alívio [...], tem alguém aqui que quer falar de Deus”.

Contudo, as entrevistas e as observações permitiram saber que a ABU promove muito mais do que a prática religiosa em sentido estrito. Também, não se tratam apenas de momentos de sociabilidade, no sentido dado por Simmel (1993), ou seja, relações puramente formais entre os sujeitos, sem objetivos expressos que não a própria convivialidade. Para além da sociabilidade pura, as relações sociais promovidas pela ABU têm exercido outras tarefas, como o acolhimento em uma nova instituição de ensino e uma nova cidade, a transição para as rotinas acadêmicas universitárias, apoio material e a formação de rede de amizades:

O grupo foi muito importante quando eu cheguei aqui, as pessoas me deram muito apoio, tanto em moradia, sobre a universidade. [...] Mas para mim foi difícil porque eu saí da casa dos meus pais, saí do meu conforto, fui morar sozinha numa cidade pequena [...]. (Morena).

O calouro chega na cidade, não conhece ninguém, não tem amigos, a gente sempre procura dar esse papel de suporte como membro. Como a gente já passou por essa fase, sabe como se sente e é difícil. (Maria). (As amigas do grupo) [...] foram cruciais para tirar minha cabeça um pouco da pressão da faculdade. Esses amigos tornaram a caminhada mais leve. (Maria).

Eu conheci muitas pessoas de outros cursos que, se eu não tivesse participado do grupo, eu não teria acesso. [...] isso aumenta a visão que se tem da universidade. (Gilberto).

Nas entrevistas, são comuns referências à imagem de uma “família” ou de “uma nova família” formada com colegas da ABU – termos também usados pelos GOUs (Procópio, 2009). Gilberto fala de “união e comunhão entre nós.” Maria diz que, ao ir para a universidade, “fiquei longe da família”, mas “eu fui acolhida por outra família que é o grupo evangélico”. Segundo Lucas, “o grupo acaba sendo uma família, eu voltei a morar sozinho e o grupo tornou-se minha família. A definição de família mesmo está se transformando na sociedade, deixa de ser a questão congênita, sanguínea, e passa a ser muito mais relações de afeto dos indivíduos que convivem no mesmo espaço e possuem interesses em comum.”

Os relatos permitem dizer que a religiosidade e a participação na ABU servem também para complementar a formação acadêmica, com apoio e orientações para se adequar à vida universitária. E, além disto, como assume a ABU nacional em seu site, dão um sentido para esta formação e um significado para estar na universidade. O relato de Maria aponta para este sentido: “Se eu não fosse para o grupo, eu teria me limitado só a minha farmacinha, só indo às aulas, estudado as matérias e me formar somente em farmácia. Não formar pensamento crítico, não procurar construir ideia a respeito do que é feminismo, sobre preconceito.”

Entretanto, este mesmo relato de Maria aponta para outro elemento inesperado. Ela revela que a ampliação dos seus círculos de convivência, tanto no interior da universidade quanto nos encontros regionais e nacionais da ABU permitiu que ela tivesse contato com outras formas de organização e ideologias, no caso, o feminismo. Primeiro, conheceu coletivos de evangélicas feministas que têm promovido discussões nas redes sociais e exigido serem mais ouvidas nos encontros da rede ABU. Mas foi durante uma atividade de intercâmbio na universidade que ela compreendeu melhor a pauta feminista:

Não entendia a necessidade do empoderamento feminino, então comecei no intercâmbio, quando alguém me mandou um texto, aí eu li e pensei, “Ai, meu Deus, como eu fui tapada!” O empoderamento na minha vida mudou muita coisa, antes eu me via meio que subjugada a ter que me comportar de um jeito que agradasse o homem, no modo como sentar [...], até mesmo na fala, a ser recatadinha.

A pauta trazida pelo feminismo, contudo, ainda é certo tabu no grupo. Maria discorda da interpretação mais corrente da assim propalada “submissão” da mulher, conforme tradução da Bíblia. Cita exemplos da própria Bíblia de empoderamento das mulheres. Enquanto a maioria de suas amigas feministas rejeita a Bíblia nesse aspec-

to, dentro do grupo evangélico ainda há resistência em tratar das questões de gênero (vide o caso da EBI sobre o tema da empatia). Quando Maria busca inserir temas do feminismo, há algumas reações galhofeiras, como “Ó, cuidado, não vai queimar sutia”, ou então, “Ah, então você não quer casar”.

Almeida (2004) já indicava que, de modo geral, e não apenas em relação à juventude, a concorrência por adeptos atenua os sistemas religiosos, ou seja, não apenas as pessoas transitam entre os sistemas, mas eles também se transformam, graças à circulação de práticas e ideias religiosas. Pesquisas sobre jovens nas igrejas evangélicas têm demonstrado que as religiões precisam atenuar suas tendências ao conservadorismo nos costumes (Gomes, 2015), bem como considerar que os jovens carregam não apenas o marcador da identidade religiosa, mas também o da condição juvenil (Prates; Garbin, 2017).

Essa atenuação aparece, como visto, como tática da ABU para tornar possível uma coalizão de jovens de diferentes denominações evangélicas e até sem igreja. Também aparece uma maior tolerância do ponto de vista da moral e costumes, inclusive como forma de conviver melhor com o ambiente acadêmico e outras rotinas da vida universitária. Já a tendência dos GOUs é de reforçar o conservadorismo nos costumes e na moral sexual, mais contrastando do que dialogando com o cotidiano estudantil mais amplo – daí, certa tendência a ter encontros mais reservados.

O ambiente atenuado, em matéria de filiação religiosa e no campo dos costumes, tem permitido, na ABU pesquisada, a expressão por alguns de seus membros de valores morais e políticos bastante progressistas, a constituição de um espaço relativamente horizontal e participativo de decisões e até mesmo certa igualdade de gênero na direção. Contudo, outras tendências do campo evangélico também se apresentam, trazidas por outros membros da ABU local ou inspirados pela direção da rede nacional e líderes das igrejas, gerando tensões.

Tratam-se das tendências de as igrejas evangélicas, de modo semelhante à Renovação Carismática (Sofiat, 2009), interpelarem a juventude a ser “agente de transformação social” por meio da “exibição pública de seu *ethos* religioso”, apresentando um “estilo ‘cristão’ de ser jovem” (Mosquera, 2015, p. 9), um modelo alternativo de rebeldia que se opõe às formas de transgressão operadas por jovens não crentes. Destaca-se, nas religiões evangélicas e no movimento carismático, a interpelação à “santidade sexual”.

Especificamente em relação à “performance de gênero” feminino, a pesquisa de Jacqueline Teixeira (2014) tem apontado que a tendência dominante no campo evangélico vai na contramão do “empoderamento” da mulher, reforçando o modelo tradicional da “recatada”, cujo objetivo é um bom casamento, isto é, na contramão de Maria e na mesma direção dos que fazem uso da ironia para desautorizá-la. Essa tendência dominante parece ser muito bem ilustrada pelas páginas da Internet da Igreja Universal voltadas para o público feminino, pesquisadas por Teixeira (2014): o emblema da “mulher virtuosa”, que experiencia performances destinadas a promo-

ver a “vida em abundância”, “a partir de uma disciplina focada na divisão binária de gêneros” (p. 232), que cuida de si mesma “para agradar ao marido” e ocupa o espaço do “átrio” (do serviço e do cuidado) – enquanto ao homem é reservado o espaço do “altar”, ainda que seja estimulada a ter atuação profissional.

No grupo jovem evangélico argentino pesquisado por Mosquera (2015), contudo, houve o rechaço de jovens à ênfase na moral conservadora da campanha liderada pela deputada argentina que formou o grupo, já que preferiam destacar o tema da “redenção da política” – tensão que, ao lado de outras, levou à autodissolução do grupo juvenil.

Quanto à ABU pesquisada, o “estilo cristão” de comportamento e a “santidade sexual” não têm sido temas centrais, preteridos em relação ao acolhimento, à permanência e ao bem-estar do jovem na universidade. Entretanto, Maria tem encontrado dificuldades para trazer temas progressistas em matéria de gênero e sexualidade, como a cultura do estupro e a legalização do aborto. Em nome de não incorrer em polêmicas, ou sob a justificativa de que falta no grupo pessoas especialistas, os assuntos são silenciados. Geram-se, assim, tensões, mas que não chegaram ao ponto da cisão, diferente do caso narrado por Mosquera (2015).

A ABU local tem buscado evitar a introdução de uma política identitária mais profunda, freando iniciativas de Maria em prol de uma igualdade de gênero que vá para além da ocupação paritária nos espaços de encontro e liderança local. Se o feminismo evangélico existe, entretanto, ele não é hegemônico nos espaços religiosos, mesmo naqueles que apregoam a horizontalidade e a livre participação. Índícios de que há outros limites e dilemas na relação entre a ABU local e a dimensão da política, que buscaremos analisar a seguir.

4. Juventude, religião e política

A princípio, com base em noções clássicas das Ciências Sociais, acerca da modernidade como um crescente processo de secularização, haveria de se esperar que, quanto mais uma sociedade se modernizasse, participação política e filiação religiosa cada vez mais se contraditariam (Novaes, 2012). Contudo, diversos analistas têm relativizado e até invertido essa proposição, como a própria Novaes. Paul Freston (1999) fez profundas discussões sobre a relação entre protestantismo e instituições democráticas no Brasil, demonstrando a complexidade do tema e a diversidade de situações, a depender do momento histórico – transição ou consolidação da democracia institucional – e do tipo de atuação das igrejas evangélicas – mais próxima ou não dos processos eleitorais e partidos, mais corporativista ou mais pluralista, entre outros. Contudo, certamente a redemocratização de 1985 tornou muito mais “visível e controvertida” a relação entre protestantismo e política (FRESTON, 1999, p. 335).

Freston (1999, 335) ainda deixa outro importante conselho, que vale a pena continuar a seguir: ir para além de “conceitos essencialistas e a-históricos” sobre o

protestantismo, buscando compreender a “complexidade do campo real e [as] múltiplas influências sobre a política concreta”. Dados empíricos têm caminhado na contramão de uma apressada associação entre filiação religiosa e despolíticação, incluindo nossa própria pesquisa de campo.

Uma análise quantitativa com base nos dados produzidos pelo Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP) de 2012 (Walter; Ribeiro, 2015, p. 1), cruzando dados sobre práticas de filiação religiosa e participação política, afirma que “o ativismo religioso, ou o status de participante, eleva as chances de um indivíduo agir politicamente por meio de diferentes canais de engajamento cívico”. Por sua vez, Novaes (2012, p. 184) vai dizer que “[...] a dimensão religiosa tem resistido a se circunscrever à vida privada, ao foro íntimo e hoje ganha outros fôlegos não previstos na grande narrativa que separou religião e política, o público e o privado”.

O que encontramos na pesquisa de campo, observando um pequeno grupo de estudantes de filiação evangélica, foi uma notável potencialização da participação social e política pela associação em torno de uma identidade religiosa.

Como primeiro elemento da pesquisa empírica sobre a ABU, no que se refere à vinculação entre religião e política, temos as relações que esse grupo possui com outros coletivos da universidade.

Nas entrevistas, questionamos o que acham que outros ativistas pertencentes aos demais coletivos pensam da ABU. Essa questão parte da constatação de que a universidade é uma espécie de microcosmo do espaço público, disputado por diversos atores e organizações. Nas respostas, foram relatadas algumas tensões, como o caso do cartaz que foi colado no lugar onde o grupo se reúne, “Tirem seus rosários de nosso ovário” – supostamente por feministas que defendiam a legalização do aborto. Segundo Lucas, “é o tipo de manifestação que não promove diálogo”, afora a confusão sobre as práticas religiosas do grupo, já que o rosário é usado por católicos, não por evangélicos.

Outro motivo de desagrado tem sido a associação do grupo com lideranças religiosas corruptas ou políticos reacionários da bancada evangélica. Conforme Lucas, “sinto que há certo ranço por parte de alguns movimentos aqui, por questão de fundamentalismo religioso. [...] Tem cristão que apoia a descriminalização do aborto e das drogas, o cristão de forma geral é tão heterogêneo”.

O relato de Lucas dá razão novamente a Freston (1999), sobre a diversidade de situações na relação entre religiosidade evangélica e política. A ABU local não tem aproximação alguma com as instituições da democracia representativa, tais como candidatos, partidos políticos e governos. Isso não significa o desengajamento político da ABU, já que, como veremos a seguir, seus membros têm participado de ações sociais voluntárias e movimentos sociais.

No entanto, não só de tensões vivem as relações entre as organizações, mas também de trocas e circulação de pessoas. As duas mulheres entrevistadas foram as que mais revelaram sua atração por outros coletivos. Maria, pelos coletivos feminis-

tas. Morena, que também afirmou ter interesse em conhecer melhor o feminismo, “mas não se aprofundar”, manifestou se identificar “pela visão política” de uma rede de ativismo esquerdista, o Levante Popular da Juventude. Ela conheceu essa rede durante as ocupações secundaristas em São Paulo em 2015: “Foi onde encontrei verdade [...] Encontrei luz em alguma coisa na política”.

O segundo elemento dessa relação do grupo com a política já foi explorado no item anterior. Trata-se da formação social e política, parte da educação não formal e informal promovida pela ABU – práticas educativas observadas principalmente nos EBIs.

Além do que foi apresentado, essas práticas formativas têm promovido a capacidade de auto-organização (pessoal e coletiva), de aprender a gerir e liderar e de aprender a “captar recursos”. Morena narrou sua participação em encontro regional, que a marcou bastante, por poder “conhecer outras pessoas engajadas” e “gente nova”, ampliando seu círculo de relações para além do local. Maria contou que sempre foi “muito fechada” e que a ABU a ajudou a se abrir e contar mais sobre ela e seus problemas: “aprendi a sair um pouco da minha caixinha [...], aprendi abrir meu olhar ao redor”. Enfim, Lucas destacou, em especial após entrar na diretoria, o aprendizado da gestão e da liderança:

Eu fui um cara que nunca exerci nada, nunca fui liderança de nada. E acredito que a liderança da ABU acabou me ajudando em alguns aspectos pessoais. [...]. Eu aprendi a ter calma e como gerenciar pessoas, a partir do momento que eu comecei a fazer parte da diretoria. [...] Eu pude compreender mais as pessoas, me importar com elas de fato. (Lucas).

Em relação à participação nas atividades políticas de jovens com filiação religiosa, a literatura tem destacado menor interesse de jovens pelo engajamento em partidos políticos, ao mesmo tempo em que se observa uma crescente imersão desses jovens na esfera pública por meio de atividades de cunho social, novas formas de participação nas quais jovens da Educação Superior reconhecem o estímulo das suas igrejas (Serafim; Mezzomo; Pátaro, 2016, Mezzomo; Pátaro; Rosa, 2017). Há certa homologia entre a participação na esfera pública de jovens com filiação religiosa por vias distintas da política institucional, como a ação social, e a forma de participação de jovens dentro dos próprios grupos religiosos, inclusive nas igrejas evangélicas, a saber, a menor força do instituído, em favor de um alcance maior da relação pessoal com a esfera religiosa, algo ainda mais forte entre estudantes da Educação Superior (Perondi; Ribeiro; Pereira, 2014).

Formas de filiação religiosa que concedem à pessoa leiga papel mais ativo tendem a propiciar o engajamento do sujeito em outras atividades de caráter coletivo e político. Mas a concretização do engajamento, bem como o seu formato e intensidade, vão depender do contexto e de diversas circunstâncias, além da própria relação

da igreja e da doutrina religiosa com as demais esferas sociais e políticas. (Freston, 1999). No caso dos grupos religiosos na universidade, a dinâmica dos GOUs tende a estimular a atuação coletiva, mas de modo mais restrito às fronteiras do próprio grupo. Já a ABU, ao menos no caso pesquisado, não apenas o trabalho coletivo interno é reforçado, mas também a vinculação às rotinas acadêmicas e a outras atividades associativas – até mesmo a ações políticas coletivas, como analisado adiante.

Nas entrevistas, as questões sobre a influência do grupo na visão pessoal dos seus membros sobre a política trouxe mais alguns pontos de tensão, em especial sobre as pautas identitárias. Sobre a política, Morena, apesar de dizer que “tudo é um pouco político”, afirmou que, se o grupo fosse atuar mais diretamente na política “a gente nunca entraria em um consenso”, pois há “muitas ideias políticas diferentes” – se referindo especialmente a temas como aborto e relações de gênero. Ela os chama de “assuntos mais complicados”, dos quais afirma que “se evita falar nos encontros bíblicos, deixando isso mais para o grupo-base”. Em sentido semelhante vai Gilberto, quando perguntado acerca das relações étnico-raciais. Ele respondeu que a ABU fala pouco do assunto: “a gente até evita esses assuntos polêmicos, a gente deixa para lá, porque não é nosso foco. [...] A Bíblia não está falando sobre a questão racial, a gente evita o máximo questões sociopolíticas [...] porque há divergências de pensamento”.

O tema da desigualdade social, contudo, teve amplo respaldo dos membros entrevistados. Ele os levou ao tema da participação desses jovens na esfera pública, não tanto por meio da institucionalidade, nem ainda por meio de movimentos contestatórios, mas pela via da “ação social”. Ao mesmo tempo, as entrevistas mostram que, em passado recente, o grupo, segundo Morena, “já foi mais engajado nas questões sociais”, oferecendo reforço escolar e amparando pessoas em situação de rua.

Na relação entre a ABU e a política, o campo mais minado é o que se refere aos temas identitários – gênero, raça e diversidade sexual. O tema da desigualdade social é recebido com mais tranquilidade, ainda que a atuação da ABU local tenha sido mais filantrópica – ainda assim, distinta de crescente práxis no campo evangélico, que nega o caráter social da pobreza e prega a “teologia da prosperidade”, com a responsabilização individual pelo seu status econômico e a atribuição de causas mágico-espirituais à pobreza.

Em relação à atuação de grupos cristãos na chamada “política estudantil” – como as eleições para o DCE e CAs e a participação nos órgãos decisórios da instituição – encontramos apenas um artigo, que trata da atuação do GOU. (Procópio, 2009). Ele relata a influência do GOU nas eleições para as entidades estudantis, especialmente ao DCE, de modo que os diferentes grupos políticos procuravam o apoio do grupo carismático. Por sua vez, o GOU procurava ocupar essas entidades, já que seus representantes votam em instâncias deliberativas e mesmo no Comitê de Ética em Pesquisa, representação por meio da qual procuravam pautar seus interesses na área de genética, por exemplo, se opondo ao uso de células-tronco de embriões humanos.

A influência política dos grupos cristãos – ABU e GOU – nas eleições das entidades estudantis da universidade pesquisada está longe de ser a mesma que aquela investigada por Procópio (2009). Por outro lado, a ABU, paradoxalmente, esteve presente de modo relevante em ações coletivas recentes: as Jornadas de Junho de 2013 e a ocupação da universidade em 2016, ainda que de modos bem distintos.

Em Junho de 2013, a ABU participou de manifestações no centro do município mineiro, contra o aumento da passagem de ônibus, unindo-se a outros grupos. Recorde-se que as Jornadas foram um movimento de grande complexidade. Elas alojaram, inicialmente, manifestos organizados por grupos autonomistas progressistas como o MPL (Movimento Passe Livre), bastante reprimidos pela polícia, que acabaram atraindo a simpatia da opinião pública e, em consonância, da grande mídia – que, se inicialmente chamou os manifestantes de “vândalos”, passou a tratar deles de modo positivo, mas buscando pautar as manifestações com um tom nacionalista, anticorrupção e antipartidário. Nesse segundo momento, já com opinião pública favorável e apoio da grande mídia, as Jornadas expandiram-se ainda mais pelo país, inclusive se interiorizando e atingindo o Sul de Minas. Mas as pautas inflaram e tornaram-se genéricas e, por vezes, contraditórias entre si. O mesmo pode ser dito de seus participantes. (Maricato et al., 2013). Foi nesse segundo momento que a ABU decidiu engajar-se nas Jornadas.

Já a ocupação da universidade aconteceu justamente na etapa final da observação participante. Morena e o coordenador do grupo, Lucas, concederam entrevista nessa época, durante o que chamamos de segunda onda do movimento de ocupações de escolas, atingindo nesse momento, no segundo semestre de 2016, também universidades públicas, com uma pauta nacional – contra a Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016) e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241) que “congela” durante 20 anos os gastos sociais da União. Apesar do amplo movimento, ambas as medidas acabaram aprovadas. Na universidade, a ocupação durou 56 dias e, em boa parte desse tempo, foi acompanhada por uma greve de servidores (Grosso et al., 2017).

Em Junho de 2013, a ABU participou de atos no município, na esteira de uma onda de manifestações que se multiplicavam enquanto perdiam uma pauta central clara. Já em 2016, o contexto era o de um maior acirramento político, e uma clivagem se observou no interior da ABU. Diversos membros se engajaram ativamente nos atos que antecederam a ocupação e durante a ocupação. Conforme Morena, “eu nunca vi o grupo tão engajado, quando foi a votação dos professores, uma galera do grupo ficou sentada lá esperando sair a votação, e muitos eram super a favor”. A ABU de outra universidade divulgava por esses dias um apelo, nas redes sociais, chamado “Ocupação de oração”, que interpelava ao fiel a “orar pelo Brasil onde estiver”, como quarto, igreja e até mesmo em “seu coração”. O apelo instalou polêmica e foi bastante criticado pelos membros mais politizados da ABU pesquisada.

Entretanto, segundo Lucas, como alguns membros da ABU eram contra a ocupação, a decisão foi a de fazer doações de alimentos em nome de um “movimento demo-

crático”, mas não declarar apoio direto. Lucas fez um interessante relato sobre o grupo que coordenava durante a ocupação. Cita um estudante que era membro do DCE, que se identifica como evangélico. Em seguida, explica a posição tomada pela ABU local, apesar de a maioria dos membros serem favoráveis à ocupação. Mas, ao final, acaba por revelar que também seguia orientação da coordenação nacional da rede:

Eu tenho um amigo meu que é do DCE, o Vítor. Ele também é cristão, embora não seja tão praticante assim, ele é da igreja presbiteriana, entende assim da palavra, o cara é bacana. Ele cobra da ABU um posicionamento junto aos movimentos estudantis. Eu acredito que isso de certa forma seja um anseio geral, e a ABU de certa forma se mantém ausente disso, eu vou explicar por que. [...]. O pessoal do grupo estava querendo doar alimento, perguntando se podia doar em nome da ABU. E eu respondi que tem gente do grupo que não concorda com a greve, a minoria, mas tem. Então, doar em nome do grupo acaba afetando aqueles que discordam da greve. Então a gente pode falar assim: a ABU é um movimento democrático, a greve foi um movimento democrático, a gente pode doar em nome do grupo para um movimento democrático, não em favor ou contra a greve. Então, tem essas sutilezas [...]. E, em âmbito nacional, é algo que nos é passado, pra gente tomar bastante cuidado, de tomar posições que acabam ferindo a questão central no movimento.

O episódio mereceria uma análise mais profunda, mas, como se deu nos momentos finais da observação, não foi possível seguir os membros do grupo evangélico nos meandros de uma rica, complexa e desgastante ação coletiva. O relato de Lucas ilustra a presença do militante que não abandona sua identidade evangélica, Vítor, mesmo ingressando em coletivo com referências ao trotskismo. Traz a permeabilidade entre participação política e filiação religiosa, na figura de diversos membros do grupo, na verdade, sua maioria, que consideravam que a ABU deveria se posicionar favoravelmente ao movimento de ocupação. Enfim, conclui com a decisão da coordenação do grupo evangélico, diante do dilema de mergulhar na atmosfera participativa e horizontal que caracteriza os encontros bíblicos – e seguir a vontade da maioria dos estudantes – ou manter o suposto “apoliticismo” do grupo, sob a justificativa de garantir a convivência entre simpatizantes das diversas correntes políticas, posição adotada em acordo com orientação da coordenação nacional da ABU.

6. Considerações finais

A ABU na universidade pesquisada tem sido bem-sucedida, justamente, por valorizar uma dimensão mais pessoal e participativa, uma religiosidade evangélica mais

instituinte que instituída, aberta até a participantes ocasionais católicos. Por sua vez, ainda que o pentecostalismo esteja presente nas religiões adotadas pela maioria dos membros, ele não pauta EBIs, dado que os objetivos expressos são menos a conversão ou a religiosidade emotiva, e mais o acolhimento. O lugar de reunião, aberto e de passagem, se traz mais visibilidade, também não seria o melhor para a emotividade pentecostal aberta – mais presente nos GOUs, que costumam se reunir em locais fechados.

Diferentemente do que suporia uma leitura superficial acerca do evangelismo, a ABU pesquisada se dedica pouco à conversão de novas/novos fiéis. Primeiro, não representa uma igreja específica. Segundo, a maioria de seus membros ativos já era evangélica anteriormente. Para essas pessoas, o grupo serve principalmente como refúgio do cultivo da identidade religiosa prévia – algo em que se assemelha aos GOUs. Para eles, o grupo serve como uma adequação entre a identidade religiosa e a nova identidade universitária. Isso explica o uso de argumentação lógico-racional nos encontros, bem como a presença de temas que aproximam a cultura religiosa da cultura universitária, ensinando, por exemplo, a como se portar diante das rotinas acadêmicas.

A ABU permite a ampliação dos círculos de convivência, travando relações com estudantes evangélicos que fazem outros cursos, ou, como é patente no relato de Maria, conhecendo outras formas de ativismo, como o feminismo. A pesquisa encontrou aqui uma primeira tensão, quando Maria, originalmente tímida, passa a trazer a pauta do feminismo durante os EBIs, sendo recebida ora com o silêncio, ora com zombaria aparentemente inocente.

Além de ser um refúgio da identidade religiosa, a ABU local se destaca como, provavelmente, o mais eficaz recurso de promoção da permanência de estudantes na universidade. Na verdade, uma autopromoção, já que se trata de uma ação sistemática organizada por estudantes, ainda que o grupo seja reconhecido oficialmente pela gestão universitária. A ABU assume que sua principal tarefa é a do “acolhimento”, e já na recepção de calouras e calouros está presente. Como visto, foca em ensinamentos sobre como integrar-se ao ambiente universitário, assim como dá apoio emocional e até material aos estudantes. Enquanto participantes ocasionais buscam os encontros bíblicos em momentos de maior tensão, os membros ativos afirmam que encontraram no grupo uma “nova família”.

A literatura sobre a relação entre juventude, religião e política apresenta uma forte tese que indica a potencialização da participação social e política de jovens religiosamente ativos. Também apresenta dados que mostram que a religião é talvez a principal forma associativa de jovens no Brasil. Enfim, que a participação na esfera pública da juventude, em especial quem tem filiação religiosa, tende a ser via “ação social” – como campanhas filantrópicas ou de caridade –, em detrimento da participação institucional.

A busca de atrair jovens tem feito com que as igrejas evangélicas atenuem suas doutrinas e práticas (Gomes, 2015), efeito também permitido pela permeabilidade

entre as práticas religiosas (Almeida, 2004) e pela própria tendência de os jovens realizarem experimentos no campo religioso, em sua busca por práticas pessoalmente mais significativas. (Pátaro; Mezzomo, 2013). Entretanto, no campo da política, como Mosqueira (2015) demonstrara na Argentina, há uma tendência de igrejas evangélicas promoverem um processo que ela chama de “desprivatização” do religioso, que avança sobre a esfera pública em nome de cruzada pela reconfiguração social, tendo como centro o campo da sexualidade e das relações de gênero, inclusive como contraponto à “crescente legitimidade que foram adquirindo as demandas dos movimentos feministas e pela diversidade sexual” (Mosqueira, 2015, p. 12).

Essa tem sido uma tendência potencialmente regressiva na atuação de diversos grupos evangélicos na política, por vezes contradizendo a atenuação das práticas religiosas exigida pela presença de jovens que buscam compor sua identidade não apenas com o marcador religioso, mas também com os marcadores juvenis. Tais “cruzadas moralizadoras” têm sido, recentemente, um dos grandes pontos de tensão nos debates públicos, tensão que não deixou de estar presente, como já visto, no cotidiano do grupo evangélico pesquisado.

O relativo rechaço ao feminismo de Maria também se explica pela tendência de as hierarquias das igrejas evangélicas, bem como das lideranças políticas associadas a essas igrejas, enfatizarem pautas conservadoras nos costumes. Algo que parece ter se acentuado mais recentemente, supostamente em defesa da “família” ou contra a dita “ideologia de gênero”, o que têm concorrido para a disseminação de ideias e práticas antifeministas, contra a legalização do aborto e contra a diversidade sexual. Essa tendência conservadora parece se contrapor à tendência de igrejas evangélicas atenuarem suas práticas e doutrinas para acolher mais e melhor as identidades juvenis, assim como, mais especificamente na ABU da universidade, a aparente paridade de gênero, em que as mulheres têm participação destacada nos EBIs e nas lideranças.

Outro ponto de tensão parece residir na professada horizontalidade da ABU, em que a participação dialógica aparece como um potente recurso de formação social e política. As organizações evangélicas parecem ter aprendido, assim como diversos partidos de esquerda, com os movimentos juvenis autonomistas recentes (tais como o MPL), fartamente horizontais e participativos, valorizando esses espaços de auto-organização de jovens evangélicas e evangélicos. Entretanto, diferente do MPL, há uma estrutura forte e bem organizada por trás dos grupos que a rede ABU cultiva. Estrutura atenta à captação e formação de novas lideranças, o que é promovido já desde as reuniões dos grupos-base, assim como nos encontros regionais e nacionais. Talvez o momento em que essa tensão latente mais se revelou tenha sido o episódio da ocupação da universidade.

A ocupação, em 2016, foi momento ímpar nessa microesfera pública que é a universidade. Tal microesfera envolve, cotidianamente, relações de relativa tensão entre a ABU e os coletivos mais diretamente vinculados à política. Mas, ao mesmo tempo, envolve relações de troca e circulação de pessoas, como a atração de Morena

por um dos coletivos políticos, a constituição de Maria como uma evangélica feminista, Vítor, diretor do DCE que – presbiteriano como Lucas – cobra um posicionamento da ABU em favor da ocupação e, enfim, a posição da maioria dos integrantes do grupo em favor da ocupação, destoando da neutralidade declarada – e orientada pela direção nacional –, a qual precisou se equilibrar com a permissão de doar alimentos “em nome de um movimento democrático”.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro. (orgs.). (2005), *Retratos da juventude brasileira*. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, Instituto Cidadania.
- ALMEIDA, Ronaldo. (2004), “Religião na metrópole paulista”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 19, n. 56: 15-27. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/a02v1956.pdf>. Acesso em: 10/01/18.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (2007), “Reflexões sobre como fazer trabalho de campo”. *Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 1: 11-27. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/disciplinas/enf002/files/2012/06/carlos-rodrigues-trabalho-de-campo.pdf>. Acesso em: 07/05/17.
- CARVALHO, Marília. *Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, n.1, p. 185-193, 2003.
- FONSECA, Cláudia. (1999), “Quando cada caso não é um caso. Pesquisa etnográfica e educação.” *Revista Brasileira de Educação*. n. 10: 58-78. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf. Acesso em 05/04/16.
- FRESTON, Paul. (1999). Protestantismo e democracia no Brasil. *Lusotopie*, Paris, Kathala, p. 329-340.
- GOMES, Elias Evangelista. (2015), “Práticas socializadoras do gosto sexual e do exercício do sexo.” *Etnográfica*. v. 19, n. 1: 51-75. Disponível em <http://journals.openedition.org/etnografica/3899>. Acesso em 10/06/17.
- GROPPO, Luís Antonio et al. (2017). Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. *ETD- Educação Temática Digital*. Campinas/SP v.19 n.1 p. 141-164.
- _____. (2016). Juventudes universitárias: participação política e processos educativos em uma universidade do interior de Minas Gerais. *Educativa*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 838-859.
- INEP. *Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2015*. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em 18/11/18.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200006. Acesso em 10/01/17.
- MARICATO, Ermínio et al. (2013), *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.
- MEZZOMO, Frank; PÁTARO, Cristina Satiê; ROSA, Daiana Nunes da. (2017). Religião e política: aproximações e permeabilização a partir do olhar de jovens universitários. *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 44-57. Disponível em: seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/495. Acesso em 05/01/18.

- MOSQUERA, Mariela. (2015), “Redimir a política”: experiências de militância de jovens evangélicos da Argentina”. *Desidades*, n. 8, ano 3: 9-18. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822015000300002. Acesso em 10/12/17.
- NOVAES, Regina. (2012), “Juventude, religião e espaço público: exemplos ‘bons para pensar’ tempos e sinais.” *Religião e Sociedade*, v. 32, n. 1: 184-208.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. (2006), *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Editora Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp 2ª ed.
- PÁTARO, Cristina Satiê; MEZZOMO, Frank Antonio. (2013), “Religião, política e juventude: uma relação de aproximação e ressignificação.” *História Unisinos*, v. 17, n. 2: 189-194. Disponível em revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2013.172.10. Acesso em 20/12/17.
- PERONDI, Maurício; RIBEIRO, José; PEREIRA, Francine. (2014), “Juventudes: religião e espiritualidade”. In: RIBEIRO, José Jair et al. (orgs.). *Juventudes na universidade: olhares e perspectivas*. Porto Alegre: Redes.
- PRATES, Daniela Medeiros; GARBIN, Elisabeth. (2017), “Culturas juvenis assembleianas.” *EDUR – Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33: 1-27. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e164623.pdf>. Acesso em: 20/12/17.
- PROCÓPIO, Carlos Eduardo. (2009), “Os católicos carismáticos na universidade e na política”. *Tomo*, n. 14: 159-180. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/502/418>. Acesso em 10/01/18.
- SERAFIM, Thais; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê. (2016), “Projetos de vida e constituição de identidades juvenis na interface com a religião e a política” *Psicologia Argumento*. v. 34, n. 87: 289-301. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=16435&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 20/01/18.
- SILVA, Conceição Firmina Seixas; CASTRO, Lúcia Rabello de. (2013), “Para além das fronteiras convencionais do ativismo político: a inserção de jovens em ‘coletivos fluidos’”. In: BEZERRA, Heloísa Dias; OLIVEIRA, Sandra Maria de. (orgs.) *Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*. Goiânia: Cànone Editorial.
- SIMMEL, George. (1993), “Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura e formal.” In: _____. *Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática.
- SOFIATI, Flávio Munhoz. (2011), *Religião e juventude: os novos carismáticos*. Aparecida/SP: Ideias & Letras; São Paulo: Fapesp.
- SZYMANSKI, Heloisa (org.). (2004), *A entrevista na pesquisa em Educação: a prática reflexiva*. Brasília: Liber Livro.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. (2014). Mídia e performances de gênero na Igreja Universal: o desafio Godllywood. *Religão & Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 232-256.
- WALTER, Alice Vila Nova P.; RIBEIRO, Ednaldo. (2015). “Ativismo Religioso e Ativismo Político: O Papel das Instituições Religiosas no Comportamento Político dos Brasileiros e Latino-Americanos.” *1º Seminário Internacional de Ciência Política*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/.../WALTER-Alice-e-RIBEIRO-Ednaldo.pdf>. Acesso em: 9/01/18.

Notas

- 1 Os nomes das pessoas entrevistadas são fictícios, conforme aprovado pelo Comitê de Ética da universidade.
- 2 Outros resultados da pesquisa têm sido publicados, como Groppo (2016) e Groppo et al. (2017).

Luís Antonio Groppo (luis.groppo@unifal-mg.edu.br)
UNIFAL-MG, Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Alfenas-MG, CEP 37130-001.

Lívia Furtado Borges (liviafurtadob@yahoo.com.br)
UNIFAL-MG, Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Alfenas-MG, CEP 37130-001

Resumo:

Grupo evangélico na universidade: práticas formativas, identidade religiosa e relações políticas

Um grupo evangélico de estudantes em uma universidade pública do interior de Minas Gerais, pertencente à rede Aliança Bíblica Universitária (ABU), foi investigado por meio de observação participante e entrevistas, com o objetivo de conhecer suas práticas formativas, sua contribuição para a inserção de jovens na vida universitária, os sentidos que atribui à filiação religiosa na universidade e as suas relações políticas. Dados do campo, cotejados com a bibliografia sobre juventude, religião e universidade no Brasil atual, demonstram que a religião é uma importante forma de socialização e sociabilidade para parte das/dos estudantes da Educação Superior, assim como a participação no grupo evangélico tem importantes efeitos na relação de jovens estudantes com a esfera pública e na sua participação política. A ABU pesquisada tem sido bem-sucedida por valorizar uma dimensão mais pessoal e participativa da religiosidade evangélica, colaborando com a permanência de estudantes na universidade e estabelecendo pontes entre a cultura religiosa e a cultura acadêmica, propiciando a manutenção da identidade religiosa constituída antes do ingresso na educação superior. A pesquisa de campo ilustra algumas tensões vividas no grupo evangélico, do ponto de vista da participação política, derivadas da contraposição entre, de um lado, a horizontalidade e certas tendências progressistas vividas no cotidiano do grupo, e, por outro, a centralização e as tendências conservadoras das lideranças evangélicas.

Palavras-chave: grupo evangélico, universidade, práticas formativas.

Abstract:

Evangelical group in the university: formative practices, religious identity and political relations

An evangelical group of students at a public university in the interior of Minas Gerais, belonging to the University Biblical Alliance Network (ABU), was investigated through participant observation and interviews, with the purpose of knowing their formative practices, their contribution to the insertion of young people in university life, the meanings its attributes to religious affiliation in the university and their political relations. Data from the field compared to the literature on youth, religion and university in Brazil, show that religion is an important form of socialization and sociability for students of higher education, as participation in the evangelical group has important young students with the public sphere and their political participation. The ABU researched has been successful in valuing a more personal and participative

dimension of evangelical religiosity, collaborating with the permanence of students in the university and establishing bridges between the religious culture and the academic culture, propitiating the maintenance of the religious identity constituted before the entrance in higher education. Field research illustrates some of the tensions experienced by the evangelical group from the point of view of political participation, derived from the contrast between, on the one hand, horizontality and certain progressive tendencies experienced in the daily life of the group, and, on the other hand, centralization and conservative tendencies of evangelical leaders.

Keywords: evangelical group, university, formative practices.